



ACÓRDÃO Nº 78/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10719/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Alberto dos Santos Bezerra - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICREA, DICAMI e DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2586/2016-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.366/374).
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Alberto dos Santos Bezerra**, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Alberto dos Santos Bezerra**, no valor de **R\$ 1.096,03** (mil e noventa e seis reais e três centavos), que deve ser recolhida na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, por encaminhamento em atraso do RGF referente ao 2º semestre de 2014, nos termos do art. 32, II, *h*, e art. 53, parágrafo único, da Lei Orgânica TCE/AM c/c art. 308, II, do Regimento Interno do TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias



ACÓRDÃO Nº 78/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;

9.4. Recomendar à Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro que:

- 9.4.1.** Atente ao correto preenchimento do Sistema GEFIS e que sua alimentação contenha dados fidedignos e guardem consonância com os demonstrativos contábeis apresentados;
- 9.4.2.** Promova a atualização e alimentação tempestiva dos dados de receitas, despesas e gestão fiscal no Portal da Transparência, conforme a LC nº 131/09;
- 9.4.3.** Promova a criação de Sistema de Controle Interno no órgão, nos termos do art. 59, da LC nº 101/2000;
- 9.4.4.** Sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, a fim de evitar a reincidência que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica TCE/AM.

10- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de Fevereiro de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral